



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 937/11

Institui a data de 25 de maio como o
Dia do Tecnólogo em Gestão Pública
do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica instituída a data de 25 de maio como o Dia
do Tecnólogo em Gestão Pública do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2012.

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão de redação.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.
ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual

Assinatura manuscrita do Relator.
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidenta Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 123/12

Obriga as instituições financeiras a informarem ao consumidor acerca do desconto em caso de antecipação do adimplimento de dívidas.

Art. 1º Ficam as instituições financeiras e demais estabelecimentos que operam com financiamento, crediário, empréstimos e/ou outras operações congêneres, obrigadas a afixar no interior de seus estabelecimentos, placa ou cartaz informativo sobre o direito do consumidor que, ao antecipar a quitação de débito, ter redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

Parágrafo único. A placa ou cartaz deverá conter os seguintes dizeres: "Nos termos do art. 52, § 2º, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), fica assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos".

Art. 2º As informações de que trata ao artigo anterior deverão estar também inseridas em todos os contratos firmados e boletos resultantes das operações de crédito.

Art. 3º As placas ou cartazes de que trata o art. 1º deverão ser afixados dentro das instituições financeiras e demais estabelecimentos que operam com financiamento, crédito, empréstimos e/ou outras operações em local visível ao público, para que possa ser lido à distância, ficando obrigadas as referidas instituições a confeccionarem a placa ou cartaz.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2012.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual


RELATOR






ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 124/12



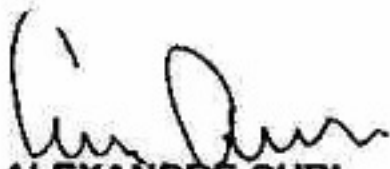

Fica denominado Luiz Filipe Marques o Auditório do Colégio Estadual Antônio dos Três Reis de Oliveira, no Município de Apucarana.

Art. 1º Fica denominado Luiz Filipe Marques o Auditório do Colégio Estadual Antônio dos Três Reis de Oliveira, localizado no Município de Apucarana.

Parágrafo único. O estabelecimento de ensino, além da localização especificada no *caput* deste artigo, tem como endereço a Rua Santa Helena, localizada entre as Ruas Luiz Cazangi e São Leopoldo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2012.




ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº

360/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 11 JUL. 2012

1º Secretário

SÚMULA: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO
HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO
SENHOR IVO PIERIN.

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao
Senhor IVO PIERIN.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23 maio de 2012.

TERUO KATO
Deputado Estadual

13414 11/07/2012 09:47:00 DP ASSINATURA ELETRÔNICA DA LEGISLATIVA



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados:

Ivo Pierin nasceu em 18 de maio de 1922, na Colônia Wirmond, no município da Lapa é um exemplo de empreendedor. Começou a trabalhar acompanhando a mãe e os irmãos mais velhos entregando produtos produzidos na localidade onde morava. Em 1942 abre a Cerealista Pierin & Padilha Ltda. Se casou em 1944 com a senhora Idaísa Costa Abreu.

Em 1949 mudou-se para a cidade de Tamboara e montou o Comércio e Indústria Tamboara Ltda. Inicia o plantio de 4500 pés de café e empreita serviços de derrubadas e construção de casas para os colonos, na áreas que estavam sendo abertas.

Abre a firma Casa Santo Antonio, de Pierin & Santos Ltda., no ramo de secos e molhados, padaria e açougue, isso nos anos 50.

Com o apoio da população de Tamboara, inicia em 1956 a construção do Hospital, que foi entregue à população. No dia 21 de setembro de 1956, fundou a Associação Hospitalar de Tamboara, da qual foi o único mantenedor por mais de 10 anos e presidente até o ano de 2006.

Elegu-se vereador no ano de 1959, foi presidente da Câmara e logo se licenciou para atuar diretamente com a população, assim, nunca mais se candidatou a cargos eletivos.

Passou a atuar no ramo comercial em várias frentes, até que em 1990 abre a Comercial Agrícola Anhumal Ltda., fécula e farinha de mandioca que vem a se tornar a Podium Alimentos.

Em 1991 recebe o título de Cidadão Honorário de Tamboara e em 2002 de Paranaíba.

O empreendimento do Senhor Ivo Pierin transformou a economia regional e, conquanto a empresa esteja já consolidada, tem planos de expansão a curto prazo. "Precisamos gerar mais emprego para a nossa gente", homem que, apesar de seu patrimônio, é de costumes simples.

Ivo Pierin é um empreendedor consciente da Responsabilidade Social da Empresa, contribuindo, também, com todas as entidades assistenciais de Paranaíba. É igualmente um homem que vive a sua comunidade, sendo um colaborador na fundação da Santa Casa de Paranaíba e organizando a Festa das Nações onde os rendimentos são doados para várias instituições de caridade.

Seu orgulho e seu maior prazer como empreendedor é andar pela empresa e constatar os muitos empregos que gera, garantindo o sustento de suas famílias.

Ante ao exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta Casa ao Projeto de Lei que ora apresentamos para homenagear este paranaense de coração, o qual, ao longo de sua vida, sempre esteve e está preocupado com o crescimento econômico e social do Estado e de sua gente. Não se trata de uma mera homenagem. É, na verdade, o reconhecimento a um homem que orgulha a todos os paranaenses, especialmente os habitantes da cidade de Paranaíba, pelo seu espírito empreendedor e por sua consciência altruísta, com visão sócio-comunitária.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 360/2012

Projeto de Lei nº 360/2012
Autores: Deputado Teruo Kato

Súmula: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR IVO PIERIN.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Teruo Kato, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor IVO PIERIN.

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



4 (quatro) das seguintes condições:
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluída pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo (fls. 04), o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




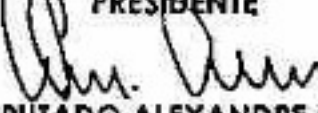
No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.







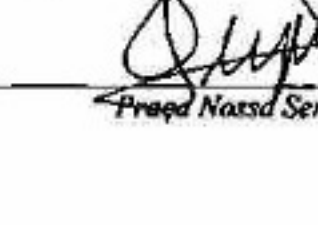
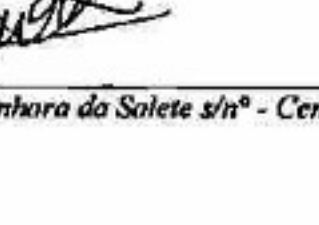
CONCLUSÃO

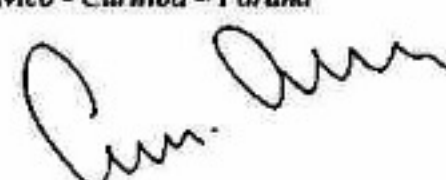
Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR









APROVADO
Unanimidade 41/08





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Antônio Khury

Gabinete Deputado Alexandre Curi

Emenda de Placário nº	01
DAP	23 OUT 2012
Visto	<i>[Assinatura]</i>

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 360/2012

Com fulcro no art. 136 e seguintes do Regimento Interno, apresento a seguinte Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 360/2012, com o objetivo de alterar sua súmula e seu art. 1º, os quais passarão a constar com a seguinte redação:

Súmula: Concede o título de cidadão benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Ivo Pierin.

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor IVO PIERIN.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 2012.

[Assinatura]
ALEXANDRE CURTI

Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 360/2012

Projeto de Lei nº 360/2012
Autores: Deputado Tervo Kato

Súmula: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR IVO PIERIN.

EMENTA: TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO E BENEMÉRITO REGULAMENTADO PELA LEI 13.115/01 (ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09). EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO QUE, VERIFICADO TER O HOMENAGEADO NASCIDO NA CIDADE DA LAPA, PROPÕE A EMENDA PARA CONSTAR QUE TRATA-SE DE TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. REGIMENTO INTERNO. ART. 136 E SEQUINTE. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Elio Rusch, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor IVO PIERIN, diante de sua relevância como empreendedor.

O Deputado Alexandre Curl apresentou a Emenda Modificativa de Plenário para corrigir a redação do projeto para constar que se trata de título de Cidadão Benemérito, eis que o homenageado nasceu no Município da Lapa, neste Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça a verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Substitutiva em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Referido Regimento estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o Inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ademais, cumpre consignar que o art. 137, §4º do Regimento Interno estabelece que Emenda Modificativa é aquela proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

No presente caso, a Emenda Modificativa encontra-se adequada ao Regimento e, relevante no mérito.


Verifica-se, portanto, que, a emenda apresentada se encontra coerente, não havendo nenhum empecilho regimental para prosperar.

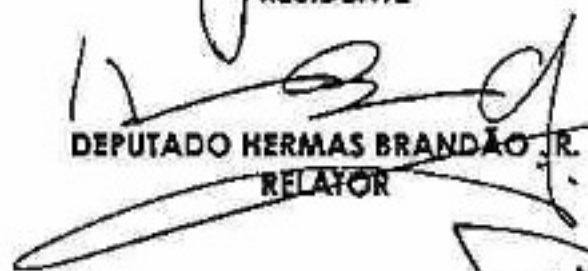
Por fim, inexistem óbices quanto à técnica legislativa, disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, **opina-se pela APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 029

PROJETO DE LEI Nº 983/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 DEZ. 2011

Pratt
1º Secretário

Súmula: Institui período para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC (Hexaclorobenzeno), ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentem, junto aos escritórios que menciona, declaração contendo os dados que especifica.

Art. 1º Fica instituído, quarenta e cinco dias após a publicação da presente lei, um período de 12 (doze) meses consecutivos para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC (Hexaclorobenzeno), ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentem, junto aos escritórios da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, ou do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER do Paraná ou nas Cooperativas Rurais ou, ainda, a Sindicato Rural patronal ou de trabalhadores, declaração contendo:

I - tipo ou tipos de agrotóxicos;

II - período estimado em que estão depositados ou armazenados;

Q



III - quantidade, ainda que estimada, dos agrotóxicos; e

IV - condições em que estão armazenados os agrotóxicos.

Parágrafo único. O cadastramento de que trata o caput do presente artigo isentará o declarante de quaisquer sanções cíveis, penais ou administrativas, relacionadas aos agrotóxicos.

Art. 2º Desde a publicação da presente até o término do prazo previsto no artigo 1º da presente lei, poderá o Poder Executivo promover ampla divulgação com o intuito de sensibilizar a população da importância da retirada dos agrotóxicos mencionados no artigo 1º da presente lei, bem como procedimentos para a realização deste cadastramento.

Art. 3º O Poder Executivo, por meio de suas Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA e Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAB e pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, poderá firmar convênios com instituições públicas ou privadas para promover a cooperação técnica-financeira para a destinação final dos produtos encontrados.

G



Parágrafo único. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, a contar quarenta e cinco dias da publicação da lei, proporá soluções de gerenciamento dos estoques declarados, em conjunto com fabricantes de produtos agrotóxicos, cooperativas de antigos usuários e outras instituições relacionadas ao tema.

Art. 4º O Poder Executivo deverá regulamentar a presente lei em até trinta dias.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,.....2011.



LUIZ EDUARDO CHEIDA

DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, é notório os males causados pelo Hexaclorobenzeno – BHC a todos os seres vivos. Por isso mesmo encontra-se proibido por lei há quase 30 anos.

A Lei 16.082/2009, cujo Projeto de Lei de minha autoria e da ilustre Deputada Rosane Ferrelra, foi um marco no Estado do Paraná e referência para demais Estados, visto que estabeleceu prazo para que as pessoas que mantinham sob a sua guarda o referido produto químico, o entregassem para os órgãos públicos.

Também a norma citada, não previu nenhuma punição às pessoas que tinham em sua propriedade o produto e se dispunham a entregá-lo. Este ponto facilitou a entrega do produto, visto que o simples fato de deter consigo o produto, não imputou nenhuma infração/multa.

Todavia, o prazo estabelecido na Lei 16.082/2009, não foi suficiente para a entrega do produto pelos agricultores e também para os órgãos responsáveis que não tiveram tempo hábil para recolhê-lo.

Desta feita Senhores Deputados, o projeto de lei que ora apresento, estabelece novo prazo para que se finalize a entrega do Hexaclorobenzeno – BHC, ainda na posse de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



peças físicas e jurídicas, sem prejuízos às mesmas, mas com ganho enorme para o meio ambiente e a vida.

Ademais, controlar e fiscalizar os agrotóxicos e afins e produtos tóxicos e perigosos, quanto ao transporte e destinação final de resíduos nos termos da legislação específica vigente, é uma das obrigações do Poder Público, estabelecida pela Lei 11.352/96.

Certo de que Vossas Excelências primam pela vida humana e demais formas de vida no meio ambiente, peço o devido apoio para aprovação do Projeto de Lei.


LUÍZ EDUARDO CHEIDA

DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 983/11

Projeto de Lei nº 983/11

Autor: Deputado Luiz Eduardo Cheida

Súmula: Institui período para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BCH (Hexaclorobenzeno), ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentem, junto aos escritórios que menciona, declaração contendo os dados que especifica.

EMENTA: APRESENTAÇÃO PELAS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS DE DECLARAÇÃO DE AGROTÓXICOS AOS ÓRGÃOS QUE DETERMINA. PRAZO DE DOZE MESES A PARTIR DE SUA PUBLICAÇÃO. OBJETIVO DE AMPLIAR O PRAZO DA LEI ESTADUAL 7.953/2009. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida visa obrigar que as pessoas físicas e jurídicas, que tenham sob sua guarda BHC (Hexaclorobenzeno) ou outros agrotóxicos proibidos, apresentem respectiva declaração junto aos órgãos de escritórios que especifica.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 16
C

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O objetivo do presente projeto de Lei é ampliar o prazo anteriormente previsto pela Lei Estadual 16.082/2009.

Desta forma, não há ilegalidade ou inconstitucionalidade no Projeto apresentado, merecendo aprovação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2012.

Deputado **CARLO QUINTANA**
~~Presidente em exercício~~

Deputado **CÉSAR SILVESTRE FILHO**
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 983/2011

O presente projeto de lei, de autoria do Luiz Eduardo Cheida, visa obrigar que as pessoas físicas e jurídicas, que tenham sob sua guarda BHC (Hexaclorobenzeno) ou outros agrotóxicos proibidos, apresentem respectiva declaração junto aos órgãos de escritórios que especifica.

Em razão do objeto do presente projeto de lei possuir um relevante interesse coletivo, opino favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

Portanto, em face do exposto e conforme o parecer da CCJ, oferecemos PARECER FAVORÁVEL, recomendando a sua aprovação.

Curitiba, 04 de junho de 2012.

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
RELATOR

Cheida



PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]



PARECER
COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 983/2011

Autor: Deputado Luiz Eduardo Chelida

Ementa: Institui período para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC (Hexaclorobenzeno), ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentem, junto aos escritórios que mencionam, declaração contendo os dados que especifica.

I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Chelida, tem como finalidade instituir um prazo de 12 (doze) meses consecutivos para que as pessoas físicas e jurídicas apresentem aos escritórios da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - Seab, ou do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER do Paraná ou nas Cooperativas Rurais, ou ainda a Sindicato Rural Patronal ou de Trabalhadores.

Com a proposta legislativa o seu autor pretende implantar medidas de saúde pública, uma vez que define prazos para que seja feita a entrega embalagens de produtos químicos, pois, caso continuasse sem a destinação correta, muitas pessoas poderiam vir a ser contaminadas.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Na qualidade de relator, fui designado para examinar parecer pela Comissão de Saúde Pública, onde a análise da matéria em tela, por envolver estudo de aspectos da saúde, inscreve-se no rol das competências incumbidas a esta Comissão por força do art. 33-1, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Verificado o processo legislativo do anteprojeto de lei em tela, foi constatado que a Diretoria Legislativa da Assembleia Legislativa informa que o assunto tratado guarda similitude com a Lei Estadual nº 16.082, de 2009. Mesmo havendo a similitude com a lei anterior, entendo que os prazos definidos nela já prescreveram e não atende o objeto principal que é a entrega dos produtos.

Sendo assim, por entender que assunto tratado no Projeto de Lei nº 983, de 2011, atende aos aspectos relativos à necessidade, a oportunidade, a conveniência e a relevância, sou pela tramitação do referido projeto.




III - CONCLUSÃO E PARECER

Ante o exposto os Deputados que compõem a Comissão de Saúde Pública, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei nº 983, de 2011.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2012.


Dr. Batista
Presidente Comissão


Adelino Ribeiro Silva
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



PROJETO DE LEI Nº

331/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.


Em, 03 JUL. 2012


1º Secretário

Súmula: Altera a denominação da entidade declarada de Utilidade Pública conforme Lei nº. 10.289 de 17 de maio de 1993.

Art. 1º - Fica alterada, nos termos dessa lei, para “PROJETO RESGATE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – P.R.C.A.”, a denominação da entidade constante no art. 1º da Lei nº. 10.289 de 17 de maio de 1993.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Sessões, 03 de julho de 2012

Fernando Scanavacca
Deputado Estadual

14:08 03/07/2012 094.200 XP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

Em 17 de maio de 1993 foi promulgada a lei 10.289 que declarou de utilidade pública a Entidade Serviço de Obras Sociais – S.O.S., com sede e foro no município de Altônia.

Ocorre que, em 06 de setembro de 2001 a Entidade passou a denominar-se de Projeto Resgate da Criança e Adolescente, de modo que se faz necessária a retificação de seu nome na Lei que a Declarou de Utilidade Pública permitindo que a entidade permaneça com sua eficácia.

Diante do exposto acima, pedimos a compreensão e o apoio dos nobres pares, desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no que tange a matéria supracitada.

Sala das Sessões, 03 de julho de 2012.

Fernando Scaravaca
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 331/2012

Projeto de Lei nº. 331/2012

Autor: Deputado Estadual Fernando Scanavacca

Súmula: ALTERA A DENOMINAÇÃO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA CONFORME LEI Nº 10.289 DE 17 DE MAIO DE 1993.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DE ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “SERVIÇOS DE OBRAS SOCIAIS – SOS” PARA “PROJETO RESGATE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – P.R.C.A.”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Fernando Scanavacca, tem por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei nº 10.289 de 17 de maio de 1993.

O projeto pretende modificar a denominação da entidade “Serviço de Obras Sociais – SOS” para “PROJETO RESGATE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – P.R.C.A.”.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O presente projeto de lei tem como finalidade apenas modificar o nome da entidade de Utilidade Pública, necessitando estar devidamente instruído com a cópia do estatuto que consta o novo nome da entidade e o CNPJ atualizado.

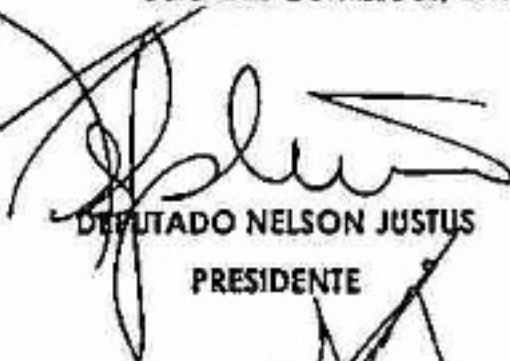
Diante do exposto, o presente projeto de lei não encontra óbices para sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

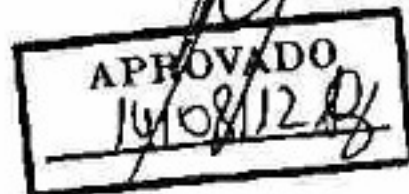
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 2012


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DANILLO GENARI
RELATOR



PROJETO DE LEI 504/32

SÚMULA: Altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências.

Art. 1.º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública da Comarca de Marechal Cândido Rondon, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2.º Fica criado 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito do Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública da Comarca de Marechal Cândido Rondon, nos termos da Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. O cargo criado na forma do *caput* é privativo de Bacharel em Direito.

Art. 3.º Ficam alterados os Anexos IV, V e IX (Tabela 1), da Lei referida no artigo 1º.

Art. 4.º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolado nº 144.879/2012, tem por finalidade criar 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária para o Julgado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública da Comarca de Marechal Cândido Rondon, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.

O Foro Judicial da referida Comarca abrangerá 1 (uma) Vara Cível, 1 (uma) Vara Criminal, 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e 1 (um) Julgado Especial que atenderá uma população de aproximadamente 71.670 habitantes (censo IBGE 2010) e um total de 18.219 processos em andamento (Boletim Forense 2011).

De forma a dotar a referida vara da estrutura necessária, está se criando 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da Unidade do Julgado Especial da Comarca de Marechal Cândido Rondon. O referido cargo é privativo de Bacharel em Direito e está de acordo com a Lei Estadual nº 16.957, de 05 de dezembro de 2011, que cria cargos para o assessoramento dos magistrados de todas as comarcas do Estado do Paraná.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação do cargo de Juiz de Direito e do cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, totaliza o valor aproximado de R\$ 114.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 497.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 554.000,00 para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.




A presente proposta foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em sessão realizada no dia 13 de agosto de 2012, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 27 de agosto de 2012.

A proposta altera os Anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

○ Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

○ Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011. 

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Jizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA							
Marshall Cândido Rondon			1	1		1	3

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Civil	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
MARECHAL CÂNDIDO RONDON									
Interm.				3	1		1	5	
Marechal Cândido Rondon									

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
	CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
	COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

	MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Comarca de Entrância Intermediária
	FORO JUDICIAL

(2)	Juizado Especial Cível e Criminal

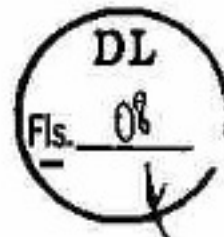
	FORO EXTRAJUDICIAL

	(2) = JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E / OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUIZ



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 19 de setembro de 2012.
Of. nº 1.823/2012-GP

I - À DAP para leitura do expediente
II - À DL para providências.
Em 24/09/2012

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Senhor Presidente:

Em, 15 OUT. 2012

1º Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação de um cargo de Juiz de Direito para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública e um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C na Comarca do Marechal Cândido Rondon, de entrância Intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

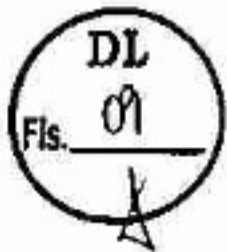
14725 15/10/2012 08:52:33 89 RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARANÁ

14725 15/10/2012 08:52:33 89 RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARANÁ



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

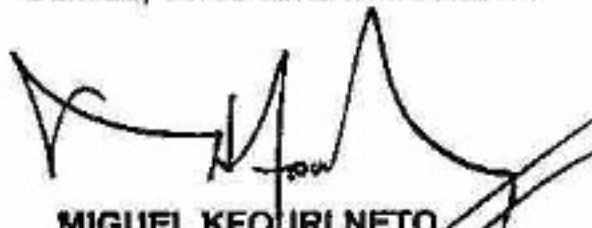
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria um cargo de Juiz de Direito para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública e um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C na Comarca de Marechal Cândido Rondon, de entrância Intermediária, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

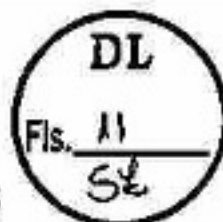
Curitiba, 19 de setembro de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 504/12

Projeto de Lei nº. 504/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria um cargo de Juiz de Direito para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública e um cargo de assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia I-C, na Comarca de Marechal Cândido Rondon, alterando a Lei Estadual nº. 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciária).

EMENTA: CRIA CARGO DE JUIZ E CARGO DE ASSISTENTE II DE JUIZ DE DIREITO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO. COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo criar um cargo de Juiz de Direito para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública e um cargo de assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia I-C, na Comarca de Marechal Cândido Rondon, alterando a Lei Estadual nº. 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciária).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A. I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1978 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá à qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

a) - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 14
54

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

a) propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Justiça anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 15
56

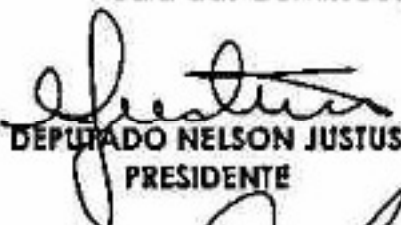
Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.





CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 23 de Outubro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR





APROVADO
23.10.12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 504/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1823/12 que objetiva criar um cargo de Juiz de Direito para o Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública e um cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em Comissão, simbologia 1-C, na Comarca de Marechal Cândido Rondon, alterando a Lei Estadual nº 14.277/2003. (Código de Organização e Divisão Judiciária).

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Elio Rusch e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa do autor.

Observamos que a proposta na sua justificativa, esclarece que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação do cargo de Juiz de Direito e do cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, totaliza o valor aproximado de R\$114.000,00 (cento e quatorze mil reais) para o exercício de 2012, R\$497.000,00 (quatrocentos e noventa e sete mil reais) para o exercício de 2013 e R\$554.000,00 (quinhentos e cinquenta e quatro mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
Fls. 18
St

Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Desta forma, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 24/10/12

DEPUTADO FREDERICO BUHREN
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMIR BIER
RELATOR